



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

LIÇÕES SOBRE O CAMPO DA HISTÓRIA: ALGUNS CUIDADOS METODOLÓGICOS EM DESTAQUE

Orlando de Souza Lira Filho³⁹⁹
Maria Juraci Maia Cavalcante⁴⁰⁰

RESUMO

Trata-se de um ensaio produzido no âmbito da disciplina de História da Educação Comparada I, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, que aborda recomendações metodológicas afetas ao campo da História. Traz diversos recortes discursivos de historiadores considerados referência, a exemplo de Antoine Compagnon (1996), Giovanni Levi (2014), Hannah Arendt (2000), Paul Ricoeur (1968) e E. P. Thompson (1981), extraídos de diversos textos produzidos pelos autores supramencionados. Pretende gerar uma reflexão necessária sobre o estudo histórico na atualidade, suas facetas e armadilhas, com atenção centrada na questão da interpretação, ao evidenciar diversos discursos e recomendações que se arriscam a sensibilizar o pesquisador dos diversos perigos para quem se aventura em pesquisar e escrever história, em especial, articulada com a área de educação.

Palavras-chaves: História - Metodologia - Educação

Introdução

A disciplina de História da Educação Comparada I (HEC I) objetiva apresentar teorias e metodologias que contribuam para a formação de pesquisadores, no âmbito das Ciências Humanas, em perspectiva interdisciplinar. Ao oferecer um referencial teórico fundamental sobre a história da Psicologia, Sociologia, Antropologia e História, a HEC I pretende proporcionar o conhecimento de diversas correntes teóricas, que permearam os séculos XIX, XX e XXI.

Dividida em quatro módulos distintos, a HEC I procurou apresentar, de um lado, as Teorias da Psicologia, Sociologia e Educação Comparada: Campo de Estudos, Sistemas Políticos e Educacionais, Modernidade e Circulação de Conhecimento. Como também nos aproximar do Campo Historiográfico: definições; o conceito moderno de história: processo histórico e ação humana; a lógica histórica: experiências e cultura; interpretação e História; como se escreve a história.

Sobre o último tópico, oferece como fonte de estudos alguns autores, como é o caso de Antoine Compagnon (1996), Giovanni Levi (2014), Hannah Arendt (2000), Paul Ricoeur (1968) e E. P. Thompson (1981).

³⁹⁹ Universidade Federal do Ceará. Mestrando da LHEC-UFC

⁴⁰⁰ Universidade Federal do Ceará (Professora Titular – FACED – UFC)



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Este texto pretende refletir as leituras feitas sobre o tópico em pauta, com o intuito de compreender aspectos importantes do campo da História, como a sua possível ligação com a sociedade e educação, a cultura e a ação de sujeitos.

O Trabalho do Historiador

Em seu artigo intitulado “O trabalho do Historiador: pesquisar, resumir, comunicar”, Geovanni Levi inicia uma discussão acerca do que é história. Deste modo ele mesmo cria uma definição para o termo supramencionado a partir de seu conhecimento, entendido como algo histórica e socialmente construído; e diz:

Minha definição é: a História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais. Não podemos imaginar uma generalização em História que seja válida. Ou seja, podemos perguntar o que é o fascismo, mas há fascismos diferentes na Itália, na Espanha ou em Portugal. Por isso, devemos preservar, nos trabalhos dos historiadores, as particularidades, preservar o local — aqui entendido como uma situação específica. Esse é o grande problema da História. Trabalhar sobre o geral, mas um geral que sempre se configura como perguntas, não como respostas. Levi, (2014, p. 1)

O autor inicia sua exposição mostrando um grande erro dos historiadores, que advêm do fato de arriscar-se a construir história baseando-se em perguntas gerais, sem ao menos tentar compreender que cada momento estudado necessita de uma questão específica, pois, afinal, é como o autor diz:

A ideia de que podemos generalizar conclusões tem produzido muita história ruim. Por exemplo, quando fazemos uma biografia, não devemos procurar nela algo típico. Não podemos afirmar que a vida de cada um de vocês é típica da vida dos jovens brasileiros do século XXI. Não é possível, porque cada vida é uma vida. Não podemos imaginar a tipicidade de uma época. Muitas vezes, os historiadores fizeram essa falsificação: partiram da ideia de que uma vida é típica de um momento e isso é falso. Levi (2014, p. 1 - 2).

A partir deste momento o autor levanta uma série de questões que nos mostram a dificuldade que é nos dias atuais historiografar, principalmente, com o advento de diversos meios de comunicação que se apropriam das tecnologias digitais para fazer história; senão, vejamos:

(...) começou a se fazer história fora do livro. O livro parou de ser o instrumento exclusivo de comunicação, da investigação e comunicação historiográfica. Nasceram outras mídias mais eficazes por terem um público maior. Ler um livro se tornou cada vez mais raro, e mais ainda um livro de História. A televisão tem produzido um público enorme. Atraiu uma atenção diferente. Demoramos quatro anos para escrever um livro, vendemos mil exemplares quando temos um sucesso enorme, e a TV fala em pouco tempo de fatos históricos e tem milhões de espectadores. Isso produziu um sentido histórico diferente do de antes. Temos um senso de História diferente de quando o livro era o centro da comunicação historiográfica. Levi (2014, p. 7).

E, para finalizar esta interferência de fontes exógenas ao campo da História, o autor argumenta:

Nós, historiadores, vemos os resultados e eles parecem sugerir homogeneidades, porque, no final, o resultado é único, mas ele lembra Guerra e Paz, de Tolstoi, que é um bom exemplo, ou O vermelho e o negro, de Stendhal. Há uma totalidade de incoerências que produzem



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

coerência no final, mas que não podemos explicá-las como se sua origem fosse uma causa única. É uma multiplicidade que produz um imprevisível no final, mas que para nós, historiadores, são previsíveis porque nós trabalhamos já sabendo quem é o assassino. Produzem uma coerência através da multiplicidade de incoerências, mas essas incoerências também são muito interessantes. São um problema histórico fundamental que não podemos transformar numa operação simples de causa e efeito. Devemos ver como um efeito que foi produzido de uma maneira impossível de prever. Esse é o verdadeiro problema: a História não é coerente. Ela tem incoerências que devemos tentar preservar. (Levi, 2014, p. 19).

Nesse ponto, se encontraria para Levi a grande questão da pesquisa histórica, pois não devemos tentar trazer resultados únicos, visto que a história reverbera em diversas incongruências, não podendo ser única a visão que se tem dela. O autor durante toda sua argumentação mostra os caminhos muitas vezes tortuosos em que nos encontramos, ao tentar registrar a memória, ao mesmo tempo em que compassadamente informa, como devemos apresentar os registros de uma observação, na construção de uma narrativa histórica.

Como vimos, Levi oferece alguns cuidados para quem pesquisa o passado, porque está assentado no tempo. Este tem seu movimento próprio e cabe a quem história saber cuidar dele, vendo seu ritmo descontínuo e desafiante. Chama também atenção para os cuidados que devemos ter com a leitura do passado, os registros de pesquisa e a forma como se vai narrar o que passou.

Desse modo, lembra que ser historiador tem as suas exigências metodológicas que devem ser observadas e cumpridas com rigor.

Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros

Na obra, *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*, de Thompson, temos uma análise acerca da interpretação do estruturalismo marxista de Louis Althusser; de tal forma que o livro se debruça em uma crítica muito bem fundada, reconfigurando a interpretação de materialismo histórico.

Porém, não me aventurarei a analisar a obra integralmente e sim o capítulo VII, visto que neste momento do livro o autor volta suas atenções para explicar a lógica de interpretação e verificação utilizadas pelos pesquisadores em história, o que de fato torna este momento da obra muito apropriado para a leitura aqui realizada.

Regressando à questão dos diversos moldes que podemos adotar ao historiografar, Thompson (1981, p. 48) faz a seguinte declaração:

Os modos de escrever a história são tão diversos, as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas, os temas da investigação histórica são tão dispares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas e tão veementemente contestadas dentro da profissão que é difícil apresentar qualquer coerência disciplinar.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Pesquisar elementos de cunho histórico nestes moldes torna-se, por isso, cada vez mais desafiador à profissão, principalmente, porque para Thompson, “a “história” não oferece um laboratório de verificação experimental” (1981, p. 48).

Assim, entendemos que não existe uma receita para investigar a história e nem tampouco fórmulas mágicas ou matemáticas para averiguar os caminhos e descaminhos do estudo historiográfico. Fica a lição de que devemos expandir nossa sensibilização aos momentos distintos de que a história é composta.

Além disso, ele destaca que vale deixar claro que “devemos defender não que “a realidade histórica se modifica de época para época, com as modificações na hierarquia de valores”, mas que o “significado” que atribuímos a tal realidade se modifica dessa maneira.” (Thompson, 1981, p. 53).

No meu modo de entender o Autor, sendo a própria realidade histórica mutável, a lógica de interpretação e verificação do historiador também obedece a variações, que afeta a apreciação que ele faz do passado.

Hannah Arendt e os Cuidados com o Julgamento

Hannah Arendt (2000) começa por comentar acerca da dificuldade em entender a ótica em que devemos enxergar a história, já que esta não foi criada agora, mas consiste em uma construção historicamente construída:

O problema da objetividade científica, tal como foi colocado no século XIX, devia-se à auto-incompreensão histórica e à confusão filosófica em tão larga medida que se tornou difícil reconhecer o verdadeiro problema em jogo, o problema da imparcialidade, de fato decisivo não somente para a “Ciência” da História como para toda a Historiografia. Arendt (2000, p. 81)

Além de objetivar questões específicas ao ato historiográfico, percebe-se que para a Autora devemos nos mostrar um tanto quanto neutros, em razão de que não podemos correr o risco de nos precipitar, ao impetrar nossos julgamentos sem a devida análise da racionalidade imposta a eles, no período pesquisado.

Fica evidente que para Arendt o julgamento do passado é o grande problema que se coloca para os historiadores. Ela fala em ser neutro, quer dizer não jogar valores em que acreditamos, sem ter o cuidado de perguntar se isso ajuda a esclarecer ou a confundir os que investigam o passado.

Paul Ricoeur: História e Verdade

Paul Ricoeur (1968), no seu livro intitulado, “História e Verdade”, nos apresenta a objetividade da história e toma essa temática como um dos pontos principais para se entender como



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

se dá o emprego da subjetividade durante o desenvolvimento da pesquisa histórica, sobre o que ele diz:

É em relação a esse mister de historiador - e, portanto em relação a essa intenção e a esse empreendimento de objetividade - que se deve agora situar a crítica contemporânea que, faz meio século, tanto vem insistindo sobre a função da subjetividade do historiador na elaboração da história. (Ricoeur, 1968, p. 28).

A partir dessa chamada, o Autor completa seu argumento, apresentando uma problemática complexa, mas que vale a pena decifrar, para sabermos como proceder diante do que é apresentado por ele, a começar pelo termo de “objetividade incompleta”:

Um novo traço dessa objetividade incompleta vincula-se àquilo que se poderia denominar o fenômeno de "distância histórica"; compreender racionalmente é tentar reconhecer, identificar (Kant chamava à síntese intelectual uma síntese de reconhecimento no conceito). Ora, a história tem por tarefa dar nome àquilo que mudou, àquilo que foi abolido, que foi outro. A velha dialética do mesmo e do outro ressurgiu aqui; o historiador de profissão encontra-se sob a forma assaz concreta de dificuldades de linguagem histórica, sobretudo da nomenclatura: como denominar e inserir na linguagem contemporânea, na língua nacional atual, uma instituição, uma situação hoje abolida, senão pelo emprêgo de semelhanças funcionais, em seguida corrigidas pela diferenciação? Baste-nos lembrar as dificuldades vinculadas a termos como tirania, servidão, feudalidade, Estado, etc. Cada qual atesta a luta do historiador em prol de uma nomenclatura que permita ao mesmo tempo identificar e especificar; eis por que a linguagem histórica é necessariamente equívoca. Ricoeur (1968, p. 30).

O autor apresenta esta terminologia empregada pelos historiadores para nos localizar quanto ao modo de nos relacionarmos com o tempo histórico estudado, o que chama de “distância histórica”. Esta nomenclatura é utilizada a fim de conscientizar o pesquisador que os conceitos vão variando com o tempo de forma que objetivo que antes poderia ser muito claro no início de uma investigação, pode findar por exigir uma outra denominação, visto que no interior da pesquisa histórica, percebe-se que houve uma disparidade quanto ao significado dos conceitos empregados pelo historiador para dizer do espírito de uma época ou sociedade estudada.

A obra de Paul Ricoeur ainda traz uma importante contribuição para a análise aqui realizada, quando utiliza o termo “o limite de uma aproximação ideal”, como o autor explicita:

(...) o termo antecipado por um esforço de simpatia que é bem mais que a simples translação imaginativa para um outro presente, que é uma verdadeira translação para uma outra vida de homem. Essa simpatia está no princípio e no fim da aproximação intelectual de que falávamos; atrai o trabalho do historiador à maneira de um primeiro imediato; opera então como uma afinidade favorável face ao objeto estudado; renasce como um derradeiro imediato, a título de recompensa, como algo dado por acréscimo, ao cabo de uma longa análise; a análise raciocinada é como que a fase metódica entre uma simpatia inculta e uma simpatia instruída. Ricoeur (1968, p. 31 - 32).

Paul Ricoeur nos ratifica o cuidado que devemos possuir ao retratar o passado estudado, principalmente estimas, considerações afetuosas, características do grupo ao qual pertencemos, pois, durante a pesquisa o sentimento de pertença a um grupo pode nos colocar em situação



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

conflituosa; isto acontece subjetivamente no pesquisador, podendo terminar reverberando nos resultados da investigação.

Verdadeiramente, o historiador deve se resguardar de diversas formas durante o processo que é construir história, sabendo que não se trata de uma ação simples, e sim de uma atividade impregnada de jogos simbólicos, subjetivos e científicos.

O que ele chama atenção é para a possibilidade da verdade. Pode o historiador alcançá-la de fato? Pelo que entendi, o melhor caminho é cercar-se de cuidados para evitar que a nossa subjetividade atue, de forma ingênua, impedindo assim que a nossa pesquisa caia no caminho mais fácil, no apelo afetivo, nas simpatias e antipatias que a gente tenha pelo que estudamos do passado.

Acredito que aprender isso, pede mais leituras e exercícios de pesquisa; pede correr o risco de cometer erros e fazer correções, aceitar críticas, ter humildade e voltar a perguntar se o passado pode mesmo ser entendido em sua verdade e se ela própria existe. Foi essa a principal lição que aprendi, lendo o texto de Ricouer, um autor que mostra como a História é desafiadora.

Considerações Finais

A leitura realizada aqui não segue uma ordem cronológica, nem tampouco a ordem que foi utilizada na disciplina de História da Educação Comparada I, mas tenta seguir coerência de entendimento, quanto aos aspectos mais importantes nesse conjunto de obras e que chamaram a nossa atenção e responderam às nossas dúvidas.

Levaremos em consideração os discursos dos autores de diversos períodos, mas que nos deixam lições de metodologia para entender o campo da História e seus desafios metodológicos.

Muitas vezes, por não saber dos riscos que corremos ao interpretar dados, documentos e discursos sobre o passado, podemos emitir ideias e julgamentos que podem nos levar a erros de interpretação e, assim, distorcer o passado.

Entendemos que projetar o que achamos certo ou errado para analisar sujeitos e acontecimentos do passado é uma coisa perigosa, que deve ser evitada, porque sujeitas a conclusões enganosas e deturpadoras.

Para tanto, as leituras realizadas na disciplina HEC I foram de substancial importância para o refinamento e cuidado para escrita histórica, acadêmica e pessoal.

Elas nos abriram a possibilidade de um maior refinamento para o conhecimento da História como ciência. Esta pede interpretação de dados, sofre a influência da subjetividade, de maneira que



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

se faz notório que historiar e historiografar requer o atendimento a uma série de princípios que visam inegavelmente uma busca pela sensibilização do historiador a diversas questões metodológicas e epistemológicas, que podem passar despercebidas ao leitor menos cuidadoso.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 5º ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.
- COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Tradução de Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 1996. 114p.
- LEVI, Giovanni. **O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar**. Revista Tempo, 204, v. 20.
- THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio: Zahar, 1981.
- RICOEUR, P.. **História e Verdade**. Rio de Janeiro. Companhia Editora Forense, 1968.